



Universidades Lusíada

Oliveira, João Pedro Puga

Conflito armado em Cabo Delgado

<http://hdl.handle.net/11067/6003>

<https://doi.org/10.34628/600x-s020>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

O presente trabalho visa compreender de que forma o Estado moçambicano tem conseguido gerenciar o conflito armado em Cabo Delgado iniciado em outubro de 2017 e com um percurso já de quase 4 anos, sem indícios de desaceleração. Este conflito demonstra-se especialmente relevante não apenas pelo inimigo que se enfrenta, caracterizado no quadro das “novas ameaças”, mas igualmente pelo Estado alvo de ataque. Caracterizado como um Estado democrático frágil, apresentando como conexão direta o recurso...

This work aims to understand how the Mozambican State has managed to manage the armed conflict in Cabo Delgado that started in October 2017 and has been going on for almost 4 years, with no signs of slowing down. This conflict proves to be especially relevant not only for the enemy it faces, characterized in the context of “new threats”, but also for the State targeted by attack. Characterized as a fragile democratic State, presenting as a direct connection the use of more traditional security m...

Palavras Chave

Resolução de conflitos (Direito) - Moçambique, Moçambique - Política e governo

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 19-20 (2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T13:23:29Z com informação proveniente do Repositório

CONFLITO ARMADO EM CABO DELGADO

ARMED CONFLICT IN CABO DELGADO

João Pedro Puga de Oliveira

Mestrando em Segurança e Justiça na Universidade Lusíada

ORCID: 0000-0003-2518-1955

joapedrodepuga.oliveira@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/600x-s020>

Data de submissão / Submission date: 27/12/2020

Data de aceitação / Acceptance date: 25/05/2021

Resumo: O presente trabalho visa compreender de que forma o Estado moçambicano tem conseguido gerenciar o conflito armado em Cabo Delgado iniciado em outubro de 2017 e com um percurso **já** de quase 4 anos, sem indícios de desaceleramento. Este conflito demonstra-se especialmente relevante não apenas pelo inimigo que se enfrenta, caracterizado no quadro das “novas ameaças”, mas igualmente pelo Estado alvo de ataque. Caracterizado como um Estado democrático frágil, apresentando como conexão direta o recurso a meios securitários mais tradicionais quando em confronto com as ameaças emergentes.

Palavras-chave: Cabo Delgado; Forças de Defesa e Segurança; Al-Shabab; Estado moçambicano; Deslocados Internos.

Abstract: This work aims to understand how the Mozambican State has managed to manage the armed conflict in Cabo Delgado that started in October 2017 and has been going on for almost 4 years, with no signs of slowing down. This conflict proves to be especially relevant not only for the enemy it faces, characterized in the context of “new threats”, but also for the State targeted by attack. Characterized as a fragile democratic State, presenting as a direct connection the use of more traditional security means when confronted with emerging threats.

Keywords: Cabo Delgado; Defense and Security Forces; Al-Shabab; Mozambican State; Internally Displaced Persons.

Introdução

O presente trabalho de investigação científica apresenta como principal foco o atual conflito existente em Moçambique, mais concretamente no Norte, em Cabo Delgado, entre as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (FDS), compostas pela PRM (Polícia da República de Moçambique) e a FADM (Forças Armadas e de Defesa de Moçambique), e os grupos de insurgentes/terroristas que atuam na província. Conflito esse que se iniciou em outubro de 2017 e que tem sido continuado, com diversos ataques e perturbações da ordem pública a afetarem não só civis residentes nos respetivos distritos de Cabo Delgado, como estruturas e entidades fundamentais do Estado.

O trabalho apresenta como principal foco a compreensão da atuação exercida pelo Estado moçambicano na gestão deste conflito armado, tendo em conta as dificuldades desde o início, em classificar a natureza atribuída a estes perturbadores da paz e da ameaça com o qual se está a lidar. Assim como os investidores que lucram com o continuado da guerra. E ainda compreender a capacidade de resposta por parte das autoridades estatais e institucionais a esta constante e progressiva ameaça.

O Estado moçambicano é constituído por onze províncias, no qual as mais afetadas pelos ataques terroristas, são Cabo Delgado e já há indicações de ataques em Niassa, sendo que se encontram no Norte de Moçambique e fazem fronteira através do rio Rovuma com a Tanzânia, um dos países africanos mais afetados por grupos terroristas. Ainda fazem parte da costa Este que banha o oceano Índico. Deste modo estende-se o interesse e a facilidade de entrada dos atacantes nesta região de Moçambique.

Considero que a análise deste tema é crucial, tendo em conta os intervenientes em questão, uma vez que o terrorismo não é uma ameaça antiga, é recente, e por isso entende-se uma maior complexidade e interligação dos meios a utilizar para combater esta nova ameaça do século XXI, tendo em conta que não se trata de um confronto com um Estado físico, mas antes sim com uma entidade que procura pregar e implementar um sentimento de ódio e repulsa pelas instituições governativas, utilizando muitas vezes, como meios os próprios civis. Mesmo a definição do conceito pode ter diversas interpretações, assim como a religião islâmica apresenta diversas vertentes, sendo por isso considerado um dos motivos que dificulta a interpretação, principalmente pelas populações, da natureza dos atacantes.

A análise da situação em Moçambique é compreendida como um exemplo importante de complexidade deste novo tipo de guerra, uma vez que para além das dificuldades apresentadas em responder aos diversos ataques e ameaças aos distritos da província de Cabo Delgado, pelas forças responsáveis, a natureza deste tipo de ameaça também se torna difícil de reconhecer assim como os intervenientes e responsáveis envolvidos na perturbação da paz, e a sua dimensão em termos de recursos materiais e humanos (número de soldados, armas, bases ou patrocinadores). E ainda, independentemente de alguns autores considerarem que estas insurgências de nível médio durarão pouco tempo, ou por outro lado outros a considerarem que se assiste à preparação de formação de uma nova província islâmica, a verdade é que estas perturbações conduziram a uma vasta onda de criminalidade e de violência que residirá durante bastante tempo neste Estado. Sendo uma das certezas neste conflito, uma vez que são agravadas por fatores adicionais, tais como as forças insurgentes da Renamo em disputa com o partido da Frelimo, a Covid-19 que surgiu o ano passado ou ainda as graves condições climáticas como foi o caso do ciclone Kenneth e Idai de 2019 que afetaram bastante a segurança alimentar do país. Esta guerra é definida por Mary Kaldor através do autor indeterminante (2020) como pertencente ao que se entende por “novas guerras” no qual os intervenientes armados lucram é com a continuidade da guerra e não com a vitória da mesma.

1. Contexto do conflito armado em Cabo Delgado

A questão em Cabo Delgado, dado o seu contexto histórico-cultural e a sua situação societária, é que ninguém sabe exatamente com quem é que se está a lidar. As populações de Cabo Delgado desde o final de 2017, combatem um inimigo que não sabem ao certo quem é, nem sabem como classificá-lo. Tudo isto conduz a uma preocupação generalizada por parte das pessoas, que veem a sua vida ameaçada, e que não sabem qual a melhor forma de se prevenir dela. O papel do Estado moçambicano também não tem sido de grande ajuda na divulgação de informações sobre a natureza destes ataques, deixando as populações à mercê dos seus pensamentos e ideias, conduzindo por isso a uma crescente onda de suposições e teorias por parte da opinião pública, que nada mais faz do que incentivar uma maior tensão e preocupação no seio da sociedade. Por outro lado, os radicais islâmicos também não apresentam muitas das vezes quaisquer tipos de reivindicações nos seus ataques, nem realizam ações em nome de ninguém, o que leva à problemática de saber a sua natureza e os seus objetivos, e até mesmo por quem são financiados.

O primeiro ataque ocorreu a 5 de outubro de 2017 no distrito de Mocimboa da Praia, no qual o principal objetivo era a destruição das instituições públicas

do Estado e dos estabelecimentos policiais. A OMR (Observatório do Meio Rural) de 2019, refere que o primeiro ataque realizado em Mocímboa foi realizado pelo grupo Ansar al-Sunnah sendo um grupo ligado a uma onda de indivíduos que surgiu em 1970 com uma diferente interpretação do Islão, sendo contra o Islão africano e as Ordens Sufis, com práticas mais modernas de formação e comunicação. Deste modo, é neste sentido que surge este grupo islâmico, que pode ser considerado como um opositor ao islamismo antigo ou tradicional em África, entendendo os demais grupos como desviantes do Islão verdadeiro. O ponto chave de deterioração deu-se em 2015, na constatação de não serem capazes de alcançar a liderança religiosa da região, e, portanto, movendo esforços para a formação de grupos armados que passassem a desrespeitar as leis islâmicas tradicionais da região e as suas mesquitas. Tudo isto conduziu a contestações da população e a repulsa contra este novo grupo, que começou a construir as suas próprias mesquitas, e a pregar um sentimento de oposição e descrença ao sistema estatal vigente, isolando-se dos outros muçulmanos. Procurando como objetivo último construir um sistema próprio, paralelo ao Estado moçambicano. A intervenção do Estado deu-se em 2016, com destruições de mesquitas e detenções, o que culminou por isso no início da guerra que se assiste até aos dias de hoje, com a vingança desse grupo, al-Sunnah, a 5 de outubro de 2017 em Mocímboa da Praia, procurando não só a libertação dos detidos, como o enfraquecimento das instituições estatais. Na definição da população local este grupo é conhecido como Al-Shabab, (sendo na língua árabe o significado para jovens).

Apesar disso, aquilo que se foi assistindo ao longo deste conflito, foi a uma aprimorada execução e planeamento dos ataques, mais compostos e mais bem equipados, assim como ações e estratégias visivelmente diferentes das verificadas inicialmente. Os relatórios dos departamentos responsáveis pelo contraterrorismo da ONU, no início deste ano são exemplo da dimensão e natureza distinta que esta guerra começou a apresentar, ao englobar Cabo Delgado como uma Província da África Central, pertencente assim ao EIPAC (Estado Islâmico da Província da África Central) (Rogeyro, 2020). No livro de Nuno Rogeyro (2020), refere-se ainda a divisão de dois momentos neste conflito, sendo o primeiro em finais de 2017 até junho de 2019, e a partir daqui até aos dias de hoje, no qual começa a verificar-se um conjunto de provas que conduz a um entendimento mais sério de conflito que não apenas de uma instabilidade de grupos de jovens marginalizados. A 7 de Novembro de 2019 assiste-se aos moçambicanos Shabab a realizarem o ato solene de lealdade ao califa de Daesh, e em Mueda alguns militantes a prestar o juramento com a bandeira do Estado Islâmico. E ainda o comando da província da República Democrática do Congo (RDC) a enviarem comandantes e equipamentos para Moçambique (Rogeyro, 2020).

Uma forma de sustentar esta suspeita sobre a integração de Moçambique ao EIPAC, verifica-se no tipo de armas e eficiência na cooperação e execução destes

ataques, sendo que no início dos ataques assistia-se a um armamento mais básico e o uso constante de armas roubadas às FDS. A partir de junho de 2019, altura em que o EIPAC reclama o seu primeiro ataque a Mocímbo da Praia, verifica-se um armamento mais moderno, desde logo com a disposição de espingardas Kalashnikov, metralhadoras ou granadas-foguetes e uma disciplina e tática diferentes das até então, passando inclusive a realizarem ataques no mesmo dia como foi o caso dos ataques às três comunidades do distrito de Macomia (as aldeias de Chai Sede, Litamanda e a Vila de Macomia) a 28 de maio de 2020, o que demonstrou um nível operacional mais eficiente e coordenado. Mesmo em algumas ocupações, como a Mocímbo da Praia em março de 2020 os insurgentes não mataram nenhum civil, apenas tomaram os recursos das FDS em Mocímbo, mataram os policias e militares e destruíram infraestruturas (CDD, 2020).

Sendo ainda reforçada essa ligação pela constatação, de acordo com as investigações da Amnistia Internacional, da publicação de pelo menos 40 vídeos e publicações em canais de comunicação do Estado Islâmico, incluindo a Amaq (agência de notícias controlada pelo Estado islâmico) onde reclama os ataques do Al-Shabab (Amnistia Internacional, 2021).

Ainda assim, é compreendida esta possível ligação entre os combatentes armados e o Estado Islâmico como muito ténue e ainda alvo de discussões, uma vez que se assiste a operações bem-sucedidas e de grande envergadura, como foi o caso da tomada de Mocímbo da Praia em agosto de 2020, e onde não se verificou qualquer declaração nos órgãos de comunicação social a serem reclamadas em nome do Estado Islâmico. Mesmo o ataque de nível mais elevado, recentemente a 24 de março de 2021 ao distrito de Palma, apesar dos créditos da operação serem reconhecidos por parte do Estado Islâmico (algo que já não fazia desde novembro de 2020) e a divulgação inclusive de vídeos e fotos desse confronto, o que pode acabar por demonstrar por um lado uma ligação próxima entre os insurgentes e o Estado Islâmico, a verdade é que continua a ser questionável o nível de ligação que apresenta neste conflito. Não apenas pela falta de investimento nos recursos a nível das comunicações por ambos os lados após o ataque a Palma, mas também pelas decisões estratégicas parecerem ser estabelecidas por preocupações locais e não pelos interesses do Estado Islâmico a nível internacional. Entendendo-se por parte de alguns estudiosos que a lógica de atuação do Estado Islâmico possa passar, estrategicamente, por não ser considerado o ator principal dos seus grupos afiliados, continuando estes a tomar as suas decisões estratégicas. Exercendo apenas uma posição de simples fornecedor de instrumentos e meios para que esses grupos continuem a combater e a conquistar, contribuindo, em contrapartida, para a propagação das ideias do Estado Islâmico. Existindo por isso um aproveitamento a nível de propaganda para com os grupos de insurgência (Cabo Ligado, 2021). Aliás o que se verifica nas estruturas destes grupos armados é que a maioria continua a ser composta por moçambicanos com perfis

desde pescadores e agricultores indo até desempregados, o que acaba por demonstrar de certa forma que o motor de funcionamento e união destes grupos, mais do que por motivos ideológicos, caracteriza-se por motivos de afirmação do poder local e ganhos benéficos para a vida destas pessoas (*International Crisis Group*, 2021).

Apesar destas contradições entre insurgentes/terroristas, o governo moçambicano persiste em caracterizar estes atacantes como malfeitores estrangeiros que radicalizam os jovens moçambicanos para se revoltarem contra os negócios da energia de gás natural em Palma, conhecida como “capital do gás” (Santos, 2020). Existindo ainda, uma forte repressão e controlo por parte do governo moçambicano sobre a liberdade de expressão sempre que as informações e as opiniões conduzam á degradação da sua imagem e ao modo como é gerenciado o conflito, assistindo-se por isso a perseguições, prisões arbitrárias e intimidações a vários jornalistas que defendem os direitos humanos e criticam o governo, considerando que as respostas e os moldes em que atuam, não são os mais corretos e indicados. (Amnistia Internacional, 2020). Esta posição por parte do governo em dificultar a divulgação para o exterior da real situação em Moçambique e as suas incapacidades em lidar com a mesma, conduz a que se crie um maior obstáculo para a resolução desta crise e a procura dos meios para a combater de forma proporcional, transparente e o mais acertada possível.

2. Fragilidades na gestão e combate ao conflito armado

A dificuldade na realização das ações das forças policiais e militares moçambicanas prende-se, desde logo pela multiplicidade de entidades suspeitas responsáveis por este conflito em Cabo Delgado. A natureza destes ataques e possíveis colaboradores continua incerta, apesar de diversas suspeitas, o que conduz a uma imprecisão nos meios de resposta que devem ser empregues no conflito. As ações das autoridades moçambicanas já detiveram centenas de suspeitos, desde recrutadores a intermediários ou até líderes, o que possibilitou a formação de uma estrutura orgânica e de comando destes perturbadores da paz. O problema instaura-se com o surgimento de ações e ataques diferenciados dos iniciais do grupo Al-Shabab em 2017. Ataques esses que são reconhecidos pelo EIPAC desde 2019 e que de facto traduzem-se numa expansão e reforço das operações, o que resultou numa necessária redefinição da estrutura orgânica e de comando até aí existente pelas autoridades moçambicanas. Esta alteração de grupos de insurgentes para algo mais sério tornou-se uma das principais dificuldades para os serviços de inteligência moçambicanos definir os responsáveis pelo conflito. No qual apesar do número significativo de detenções (inicialmente com 500) e julgamentos realizados, a verdade é que os ataques não pararam nem

perderam força. Existe na natureza deste conflito uma diversidade de possíveis cenários, desde colaboradores com o mesmo objetivo, grupos diferentes a atuar na mesma região, ou o mesmo grupo com tarefas diferentes de forma a confundir as autoridades, que obriga a um esforço acrescido desde logo na compreensão dos meios mais apropriados a utilizar e a fazer frente a este inimigo.

No livro de Nuno Rogeiro (2020) é referido um conjunto de delinquentes detetados. Desde grupos clandestinos em Cabo Delgado, que se revoltam por serem excluídos da sociedade; imãs em rutura com os costumes e leis islâmicas tradicionais aceites pelo Estado; criminosos de países vizinhos, e que querem enfraquecer Moçambique devido á exploração dos recursos naturais; antigos soldados da FADM e da PRM, tendo em conta alguns radicais capturados e que reconheceram a sua origem, entre outros. Sendo por isso perceptível a possibilidade e diversidade de intervenientes interessados neste conflito, considerados como inimigos ao Estado moçambicano. Sendo tudo isto um fator limitador na ação das FDS para a compreensão da natureza do(s) inimigo(s) que estão a combater, derivando numa dificuldade acrescida para a consolidação de uma ofensiva eficaz.

Outra dificuldade presente neste conflito e que se encontra na fase posterior à perceção da natureza dos atacantes, está na verificação da gigante diversidade de estratégias realizadas pelos atacantes durante estes três anos. O que se verificou em 2017 foi um foco no ataque contra as instalações e pessoal das FDS, entre 2018 e 2019 um maior ataque contra os civis do que às FDS, e em 2019 e 2020 uma retoma aos ataques contra as autoridades moçambicanas. Para além da alternância nos focos dos ataques, a altura em que estes eram realizados também ia variando. Os primeiros realizavam-se sempre à noite, mas começou-se a verificar ataques a meio da manhã ou ao fim da tarde. A inexistência de uma linha contínua nas ações e intervenções destes atacantes, torna a retaliação mais complicada por parte das forças de segurança (Maquenzi & Feijó, 2019).

A própria diversidade dos meios utilizados como a utilização por parte de alguns grupos de armas mais modernas e outros grupos armas mais banais como facas e catanas, ou ainda a utilização de megafones para atrair as populações, e ainda o eficiente sistema de informações dos atacantes composto essencialmente por mulheres, crianças e pescadores permite uma intervenção muitas das vezes sem capacidade de reação pelas FDS. O que conduz a que na altura em que as autoridades chegam ao local dos ataques já não encontrem nenhum dos responsáveis, nem tenham capacidade de resposta em proteger a população. Uma das estratégias pensadas pelas autoridades seria a implementação do sistema de vigilância popular, o que permitiria um meio de autodefesa por parte das aldeias, porém seria necessária uma ligação forte e transparente entre as autoridades e os responsáveis locais, o que é difícil numa região onde reina a desconfiança. Para além disso o modo de atuação por parte dos grupos terroristas, no que respeito

a infiltrações no seio das aldeias e nos grupos de deslocados internos é bastante recorrente, o que conduziria a que esse sistema apenas favorecesse a luta armada. Sendo por esse motivo um sistema pouco eficiente, mas que está a ser empregue.

Em termos dos mecanismos e responsáveis no combate a estes grupos de terroristas/insurgentes, assiste-se desde logo por parte do SERNIC (Serviço Nacional de Investigação Criminal) e do SISE (Serviço de Informações e Segurança do Estado), a dificuldades na competência de recolha de provas concretas e claras para os detidos que são julgados pela prática ou cúmplices dos ataques. Sendo ainda necessário deixar o orgulho e competitividade entres estes organismos de lado, de modo a concretizar um trabalho mais eficaz. A constatação de um conflito que dura já há quase quatro anos, sem a identificação de uma estrutura orgânica de comando operacional clara, apenas revela que o fracasso por parte das FDS no combate a este grupo armado se deve primeiramente aos serviços de inteligência moçambicanos. Acusados de assumirem como principal prioridade a perseguição a órgãos de comunicação social e opositores partidários do país em vez do combate e identificação dos insurgentes/terroristas (África Monitor, 2021).

Em termos materiais, de acordo com o livro de Nuno Rogeiro (2020), houve um aumento e reforço da estrutura militar e policial em Cabo Delgado a partir de março de 2018 no que respeito aos instrumentos terrestres, porém existe uma carência de meios aéreos em complementaridade com as restantes operações. A falta também de sensores de vigilância noturna (tendo em conta a maioria dos ataques serem realizados à noite), em termos quantitativos a falta de pessoal especializado, coletes balísticos, e de mais grupos seja de comandos seja de operações especiais de modo a atuarem em mais sítios da região.

Sendo outra grande fragilidade a falta de transparência do inventário e dimensão de que dispõe o inimigo, uma vez que este parece conhecer bastante bem o local, com diversos esconderijos, onde na descoberta de alguns por parte de militares moçambicanos já se chegaram a encontrar artilharia pesada. Para além ainda, de informadores pagos com o objetivo de apresentar pistas falsas, deixando as autoridades ainda mais às escuras no que toca ao poderio militar do inimigo.

Em termos do poder judicial, ainda se compreende a necessidade de mais procuradores e magistrados específicos nestes tipos de crime, a garantia de segurança dos funcionários no tribunal, mais tribunais e mais cadeias com condições, sendo uma questão também importante, uma vez que muitos dos suspeitos que aguardavam julgamento na sua residência devido à sobrelotação das prisões, desapareceram (Rogeiro, 2020).

Existe ainda deficiências por parte das autoridades em cooperação com as autoridades de países vizinhos como a Tanzânia ou a República Democrática do Congo (RDC), sendo de extrema importância uma vez que diversos instrumen-

tos bélicos e humanos passam por esta fronteira em direção a Cabo Delgado. Em janeiro de 2019 Moçambique assinou um memorando com a Tanzânia para operações conjuntas contra os terroristas, e estabeleceu contatos com as autoridades do Uganda, Quênia e RDC. O problema aqui é que a partilha de informações não se consegue fazer de forma clara e eficaz, o que fragiliza esta cooperação.

Por fim a nível do exército moçambicano também existe grandes dificuldades no que respeito às motivações e propósito pelo que lutar, uma vez que se verifica uma continua expansão destes grupos terroristas pelas vilas e aldeias, com atuações bem executadas e bem comandadas. De acordo com organizações como a Amnistia Internacional verificaram-se diversos casos em que as FDS fugiram da zona de conflito juntamente com os civis, largando muitas as vezes as suas armas e uniformes para serem mais facilmente confundidos com a população local.

Acabando por contribuir para esta falta de disciplina e rigor das tropas moçambicanas o silêncio do Estado em relação à natureza dos ataques, conduzindo a uma falta de união e propósito pelo que lutar no seio militar, uma vez que muitos soldados são lançados para o mato sem serem devidamente treinados e obrigados a combater uma ameaça que não sabem bem qual é. Existindo mesmo quem defenda, de acordo com o CMI insight (2019), a existência de divisões internas nas FDS, com soldados a executar as missões atribuídas e outros a tentar sabotar essas mesmas missões. Sendo um outro possível fator de discórdia, a lealdade de militares ao Ex presidente, Guebuza, em contraste com o atual presidente, Nyusi.

As constantes contradições por parte do governo do presidente Nyusi, não favorecem em nada a marcha para um caminho claro e coerente no que respeito à resolução e cessação deste conflito. Tendo-se desde logo como exemplo o pedido de apoio por parte do Executivo de Maputo à UE em 17 de setembro de 2020 no combate ao terrorismo, com apoio logístico e equipamento, estando em contradição com o referido pelo Ministro da Defesa, Jaime Neto, um mês antes ao declarar que não precisavam de apoio militar, apenas de apoio de vigilância de fronteiras. Um outro caso foi o da contradição entre o Ministro da Defesa e do Interior em fevereiro de 2020, no qual Jaime Neto afirmou que a foto de insurgentes de pé em frente a um veículo militar com a bandeira do ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria) era falsa, porém o porta-voz da PRM confirmou a sua autenticidade (Santos, 2020).

Por fim no que toca ao apoio, à posteriori das invasões e ataques a territórios com cerca já de 700 mil deslocados e mais de 2 mil mortes, as ONG'S e estruturas de apoio do Estado também não apresentam capacidade para prestar auxílio a tantas pessoas. Sendo que os centros de acolhimento se apresentam cheios e sem condições básicas para assegurar os deslocados que lá estão estabelecidos, falando-se na propagação de doenças dentro destes centros. Sendo ainda uma preocupação a falta de segurança de que dispõem com a possibilidade de infiltração de terroristas nestes acampamentos.

No que respeito à opinião pública moçambicana sobre o desempenho das forças de segurança, o que se verifica, de acordo com o Afrobarometer (2020), é que as populações mais velhas, mais instruídas e com melhor qualidade de vida são as que mais consideram favorável a ação das autoridades de segurança.

“Avaliações positivas do desempenho do governo no combate à violência extremista foram um pouco mais comuns entre os entrevistados mais velhos (49% daqueles com 56 anos ou mais), os mais instruídos (51% daqueles com qualificações pós-secundárias), e os economicamente melhores (50%)” (Jacobs & Isbell, 2020, p.8).

Deste modo entende-se que a população que mais aprova o desempenho das FDS, são aquelas que não são consideradas os alvos do inimigo, assistindo-se a um sentimento inverso em regiões mais pobres, com mais jovens, isoladas e rurais. Neste sentido ao verificar a percentagem em províncias mais pobres, assiste-se a um desagrado de 59% no Niassa e 53% em Cabo Delgado.

3. Aposta nas empresas de segurança privada no combate aos grupos armados

Tendo em conta a carência de apoio, no início do conflito, às FDS em Moçambique por parte das mais diversas organizações, países vizinhos e europeus, assiste-se a uma aposta maior do governo moçambicano nos serviços e empresas de segurança privada. Um exemplo disso é a DAG (*Dyck Advisory Group*) sediada na África do Sul e liderada pelo Coronel Lionel Dyck, operando na sua maioria através de ataques aéreos, com helicópteros e aeronaves armados. Ou até antes com a empresa de segurança russa Wagner. Apesar disso são contratações que desde o início nunca foram informadas ao público, o que originou uma maior desconfiança e falta de consideração para com o Estado moçambicano.

O Grupo Wagner, de acordo com o CMI Insight (2019), dispunha de 200 homens no norte de Moçambique e um navio da marinha russa em Nacala. Verificou-se dessa forma um maior esforço por parte da Rússia no apoio militar a Moçambique, desde logo com o fornecimento de armamento ou a formação das FDS moçambicanas na Rússia. O que não é estranho esta ligação bilateral entre os dois países, tendo em conta os quatro protocolos firmados entre eles apresentados por Nuno Rogeiro (2020). Desde logo o protocolo de Cooperação Técnico-militar, integrado na ordem jurídica moçambicana em 2017 e que vai até 2022 “trata-se de tudo no campo da defesa, da instrução e treino ao fornecimento e reparação de material, e diversas formas de consulta e ação conjunta” (Rogeiro, 2020, p.123). O segundo foi sobre a facilitação da entrada de navios da armada russa nos portos moçambicanos, focando-se no combate à pirataria e ao banditismo, sendo ratificado em Moçambique em 2019. O terceiro documento sobre a confidencialidade de informações de matérias sensíveis entre os dois Estados,

celebrado em 2020. E por fim o protocolo sobre a cooperação dos ministérios do Interior, englobando matérias de segurança nacional e terrorismo. No qual tudo isto demonstra a legalidade e transparência de relações em matéria de segurança que Moçambique estabeleceu com a Rússia.

O apoio prestado por parte da Rússia, pode significar uma oportunidade para um plano e um interesse maior no setor económico, através do gás natural moçambicano. Alguns analistas, como é o caso de Jasmine Opperman (pesquisadora da ACLED), considera ainda que o recurso a instrumentos securitários privatizados pode não ser o melhor caminho para o combate ao terrorismo, uma vez que essa segurança apenas será mantida enquanto houver dinheiro que cubra esses mercenários, e porque as ações realizadas são muito menos transparentes, levando a encobrimento na morte de civis. Para não referir ainda a necessidade de meios que vão muito para além de matar os insurgentes ou grupos terroristas (DW, 2020).

O incremento a este recurso de empresas privadas de segurança, de acordo com Nuno Rogeiro (2020), já vem desde 2018, com empresas não só empenhadas na proteção de empresários, como de infraestruturas e transporte de bens de um sítio para o outro, uma vez que certas estradas nacionais se tornaram alvo de constantes ataques por parte dos grupos armados. Empresas com sede no Reino Unido, França, Rússia, Brasil, China ou EUA são alguns exemplos. A questão aqui é que se trata de uma dinâmica securitária que reage apenas ao momento e que é muito pouco flexível, no sentido em que não apresenta esforços numa estratégia focada no cessar-fogo com os insurgentes, apenas se protege deles e reage aos ataques realizados.

Para além disso existe um fator constantemente levantado pelos diversos autores e investigadores que analisam a intervenção de empresas privadas nestes tipos de conflito, sendo o fator moral e ético com que estas empresas atuam no terreno. Existe desde logo acusações por parte da Amnistia Internacional face à DAG no que respeito ao cumprimento dos direitos humanos e a violações sobre o Direito Internacional Humanitário que pode constituir ainda crime de guerra. A Amnistia acusa esta empresa militar privada de proceder a operações de combate direto (através de metralhadoras nos helicópteros e granadas de mão) contra aldeias e vilas indiscriminada e desproporcionalmente, atingindo civis e combatentes, assim como infraestruturas civis (hospitais, casas, escolas). Assistindo-se ainda a bombardeamentos a florestas ao arredor das vilas, no qual acabam por ser atingidos tanto os grupos armados incluindo os reféns que iam com eles, como os civis que tentavam escapar ao confronto ou que já se encontravam escondidos. Neste sentido, apesar das opiniões e críticas positivas à atuação da DAG no que respeito ao resgate de pessoas em Palma após o ataque de março, e o excelente trabalho no treinamento de 120 homens da polícia para técnicas de contra-insurgência, assim como o sentimento de insegurança que se verificou a curto

prazo com a retirada da DAG de Cabo Delgado a 6 de abril, não se pode deixar de lado e tem que se responsabilizar a empresa privada pelas violações das quais é acusada caso essas se confirmem de facto. Não se podendo descurar nunca os critérios do Direito Internacional Humanitário, que assegura as garantias fundamentais aos civis, aos combatentes capturados e feridos ou incapacitados.

Desta forma, apesar do mercado em ascensão da segurança privada, a execução de uma segurança mais eficaz e eficiente deve se encontrar na cooperação internacional, seja com potências capazes de fazer frente a este conflito em Cabo Delgado, ou ainda de Organizações Internacionais das quais Moçambique faça parte. Desde logo sendo de extrema relevância as regionais, uma vez que conhecem melhor do que ninguém o terreno onde estes ataques ocorrem, e uma vez que esta ameaça ao Estado moçambicano pode ser estendida para o plano regional num futuro próximo.

4. Motivos destes insurgentes/terroristas em Moçambique

Os ataques a Moçambique iniciaram-se em Mocímboa da Praia a 5 de outubro de 2017, e a partir deste ponto inicial verifica-se uma continuada expansão destes ataques e ocupações de curta e longa duração ao longo do litoral norte de Cabo Delgado. De Mocímboa para Palma, seguida para Macomia, Quissanga, Ilha de Ibo, Meluco, Nangade, Metuge e Pemba, fazendo já 9 distritos sob ataques de insurgentes e terroristas. Apesar disso, é necessário compreender primeiramente os possíveis motivos destes ataques em Moçambique. Ou seja, o porquê de ser em Moçambique e não noutro país.

Desde logo não se pode menosprezar o fator histórico-cultural da região de Cabo Delgado, que sempre foi caracterizado por ser socialmente heterogéneo. O litoral norte continua a ser associado aos mwani (islâmicos), apesar do grande fluxo migratório, especialmente com a descoberta dos recursos naturais. Por outro lado, o norte do planalto é associado aos macondes (cristãos), assistindo-se por isso, ainda hoje, a tensões entre essas duas regiões de Cabo Delgado, com o julgamento para com a população do litoral Norte (islâmicos) caracterizada por apresentar pouca escolaridade e poucos cuidados de higiene pública. Esta questão conduz a sentimentos de autoexclusão social nessa região costeira de Moçambique. Assim, verificando-se essa antiga influência islâmica no norte de moçambique pode não ser de estranhar que os ataques se tenham iniciado nessa mesma região e se tenham intensificado nessa área.

Um outro fator de grande relevância para a escolha destes ataques em Cabo Delgado é atribuído aos recursos naturais e as consequências negativas para a população local que daí adveio. Estes recursos naturais como madeira, pedras preciosas, o marfim e o gás natural proporcionaram um crescente fluxo migra-

tório e um aumento de investimento estrangeiro, que conduziu a um acrescido descontentamento por parte da população local. No sentido em que os mais beneficiados com estas descobertas acabaram por ser a capital do país, Maputo, ou seja, a população do sul de Moçambique com mais qualificações, e os investidores estrangeiros criando um sentimento de revolta e descontentamento por parte do norte de Moçambique. Sendo deste modo uma situação favorável para a implementação do terror numa região em que já reina a discórdia e descontentamento para com o governo moçambicano. Descontentamento esse reforçado pela natural evolução do interesse de atores estrangeiros face aos recursos naturais da região, que culminou no aumento da pressão sobre as terras, com uma grande procura. No qual “Os dados do investimento aprovado pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI) demonstram o surgimento de importantes projetos económicos, que ultrapassaram, em 2014, os 600 milhões de dólares de investimento” (Maquenzi & Feijó, 2019, p.6).

Conduzindo por isso ao interesse por parte desses atores de industrialização da região, afetando por isso as atividades produtivas dos locais (que vivia essencialmente da pesca, mar e agricultura tradicional), com a proibição de certas áreas e o interesse em deslocar a população residente para outras regiões, visando o aproveitamento desse espaço. É algo visível por exemplo com a exploração de rubis por parte da empresa *Montepuez Ruby Mining* (MRM) que em 2011 explorava uma área de cerca de 34 mil hectares, deixando a população local ou os garimpeiros contratados por países vizinhos sem qualquer possibilidade em retirar proveito da situação. Agravando ainda com a inclusão por parte da MRM da exploração de áreas que eram utilizadas para o cultivo agrícola familiar e que foram expropriadas sem uma justa e proporcional indemnização. “De acordo com informação recolhida no terreno, a maioria dos camponeses expropriados recebeu o valor de 12.000 meticais, independentemente da área e do número de machambas” (Maquenzi & Feijó, 2019, p.11).

Essa desvalorização e despreocupação para com essa população conduz a sentimentos de discriminação e revolta que culmina em manifestações e greves de trabalhadores. Sendo por isso o terreno ideal para a mobilização de pessoas desviadas para o lado de grupos terroristas/insurgentes que pretendem derrubar o sistema vigente. A característica natural da invasão de grupos terroristas e a criação das suas bases, passa desde sempre por territórios malgovernados ou onde exista uma grande contestação popular face à atuação do governo. Os Estados frágeis, com fracas estruturas para a sustentação e gerenciamento do seu país, serão sempre o caminho mais fácil e eficaz para a difusão de redes terroristas e a implementação de um regime antiocidental pela via do terror. Deste modo não é surpreendente a escolha de Moçambique como palco destes ataques, uma vez que é visível as grandes disparidades sociais existentes no país no sentido norte-sul, com um norte pobre, com poucos centros urbanos e uma população

maioritariamente analfabeta, verificando-se a existência de apenas 7 locais de ensino técnico-profissional em Cabo Delgado, sendo que nenhum está em Palma, sendo por esse motivo denominada a região de Cabo Delgado como “Cabo Esquecido”.

Assistindo-se a uma desvalorização e desinvestimento na região continuada ao longo dos anos, que por um certo período de tempo a população considerou os novos recursos naturais como o ponto de viragem para alcançar um nível de bem-estar e desenvolvimento favorável, mas que rapidamente se desvaneceu com a verificação de que nenhuma das fontes de riqueza extraídas na região seriam destinadas aos locais ou ao desenvolvimento das suas estruturas, compreendendo-se que a situação inclusive piorou. “O último Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF) demonstra um aumento da percentagem de população pobre, de 39% para 44,8%, entre 2008 e 2014” (Maquenzi & Feijó, 2019, p.3). Todo este sentimento de exclusão social em Cabo Delgado pode contribuir para a adesão a grupos radicais islâmicos.

Um outro fator que pode explicar a existência destes grupos de insurgentes/terroristas, deriva da extrema violência exercida por parte das autoridades quer da Tanzânia, quer do Quênia, e que conduz a que estes grupos procurem abrigo e se desloquem mais para sul, desde logo em Moçambique. A Tanzânia é suspeita de sofrer ataques por parte do grupo Al-Shaabab desde 2008, porém o tipo de resposta verificado quer na Tanzânia, quer no Quênia por parte das forças de segurança são caracterizadas por serem extremamente violentas, sem respeito pelos direitos humanos e sem uma supervisão formal. “A título de exemplo, a operação Usalama Watch, do governo do Quênia, resultou na prisão de aproximadamente 4.000 pessoas, a maioria sem culpa formada” (Maquenzi & Feijó, 2019, p.12). Por esse motivo a pressão realizada por essas forças de segurança pode eclodir na deslocação desses grupos terroristas para Moçambique. Sendo ainda uma escolha acessível uma vez que não existe eficiência no controlo da fronteira de Moçambique com a Tanzânia, o que pode favorecer essas deslocações.

Um outro fator que pode explicar o surgimento destes grupos de radicais islâmicos em Moçambique prende-se pela cada vez mais forte ligação ao ensino, difundindo um Islão mais conservador por parte dos países do Golfo Pérsico (Emirados Árabes Unidos; Catar; Arábia Saudita). Tem-se assistido ao longo deste século a uma aposta maior no recrutamento e investimento na educação do Islão por parte destes Estados na África Oriental. “Paralelamente, assiste-se a um rápido crescimento do número de jovens da África Oriental matriculados em universidades de países árabes (ver gráfico 3), sendo que, no regresso às zonas de origem, estes jovens transportam interpretações rígidas e redutoras do Islão” (Maquenzi & Feijó, 2019, p.11). Esta questão acaba por levar a um sentimento de intolerância religiosa, com rígidas noções do Islão, que dificulta a aceitação de

diferentes religiões ou abordagens do Islão. Esta aposta na África Oriental, com maior ascensão de jovens a optar por esse tipo de educação e a regressar a casa propagando essa mesma religião, pode ser um fator que conduziu à aposta por parte destes islamitas radicais a se estabelecer e marcar presença em Moçambique, uma vez que apresentam uma capacidade de influenciar estes jovens mais facilitada do que em outros países.

5. Possíveis parceiros/financiadores do conflito armado

Uma das hipóteses bastante plausível, com argumentos bem sustentados, prende-se no financiamento deste conflito por parte de empresas ilícitas, seja de tráfico de droga, de armas ou de exploração ilegal dos recursos naturais em Cabo Delgado, seja ainda de empresas que antes do conflito eram empresas normais com funcionamento legal, e que optaram por passar para o outro lado.

A verdade é que Moçambique é uma das principais rotas para o tráfico de droga na África Oriental desde os anos 90. Devido à sua posição geográfica, fazendo costa com o Oceano Índico, e as suas características naturais, com uma fronteira gigante, e um mar a atravessar os distritos de Cabo Delgado, é natural que o transporte dessa droga seja realizado essencialmente por via marítima. A opção marítima deve-se tanto à incapacidade de vigilância de toda a fronteira do litoral de que Moçambique dispõe, como pela falta de meios para um controlo eficiente no mar por parte da marinha de guerra moçambicana. Sendo essa deficiência visível pela continuada atividade de pesca ilegal na costa moçambicana. Tudo isto é agravado pela crise sanitária de 2020 (Covid-19), que levou a um bloqueio das vias terrestres e aéreas, apenas veio focalizar ainda mais esse transporte pelo mar.

De acordo com o CIFIM (Gabinete de Informação Financeira de Moçambique) estima-se que a droga que passa por Moçambique vale 600 milhões de dólares anuais, e que daí 100 milhões ficam em Moçambique na rede de corrupção mantendo o esquema com políticos da Frelimo, polícias, barões de droga locais e funcionários de Estado. (CDD, 2020).

Da parte dos imigrantes ilegais que procuram melhor qualidade de vida, e que encontram em Cabo Delgado essa possibilidade através da exploração ilegal de recursos naturais, como é o caso da madeira e pedras preciosas, recorrem à passagem da fronteira da Tanzânia para Moçambique através do rio Rovuma. Imigrantes que vem da Somália, Quênia, Nigéria, Etiópia, e que utilizam a zona de Inamoto (distrito de Palma), não apresentando controlo pelas autoridades de Migração e Alfândega, acaba por ser uma via fácil para a rede de garimpo ilegal.

Por estes negócios é entendido que um conflito armado em Moçambique, teria como consequências, uma maior liberdade de funcionamento a favor destes

esquemas, uma vez que a concentração de preocupações dos dirigentes políticos e das autoridades policiais estaria focada nas ações destes insurgentes ou grupos terroristas. Deste modo o financiamento por parte destas redes a grupos terroristas apresentaria um resultado benéfico para ambos os lados. Um exemplo desse benefício para o lado da rede narcótica, é visível com a criação em 2019 de um Escritório das Nações para o Crime Organizado e Tráfico de Drogas em Moçambique por parte da ONU em Maputo. Verificando-se que esta prática se agravou no decorrer deste conflito armado, compreendendo a necessidade de maior apoio internacional. Assim sendo este corredor que passa pelo tráfico de droga (principalmente de heroína) que vem do Afeganistão e Paquistão, e que através de Moçambique se dirige para a África do Sul, que posteriormente chega à Europa e EUA, mostra-se um importante beneficiador com a continuação deste conflito e a desordem pública que isso origina. Existindo ainda algumas descobertas, desde logo pelo Comandante-Geral da PRM que concluiu que o grupo de atacantes era financiado por chefes de garimpeiros ilegais, que foram expulsos em abril de 2017 de Namanhvir pelas FDS (Maquenzi & Feijó, 2019).

E ainda de acordo Aisha Ahmad referida no artigo da CMI Insight (2019), existe uma ligação entre os empresários locais com negócios ilícitos e os movimentos islâmicos. Ou seja, a ausência de um Estado regulador aumenta o lucro deste tipo de negócios, conduzindo ainda a uma segurança garantida pelos grupos islâmicos nas operações destas redes, e deste modo o financiamento e favores a estes grupos islâmicos acaba por ser compensador, uma vez que alargam a dimensão do mercado negro. Existe uma espécie de troca no qual os dois lados ficam ambos a ganhar. Sendo ainda a origem étnica destes empresários um fator de aproximação a esses grupos.

“Assim sendo, os interesses comerciais materiais de poderosos empresários muçulmanos moçambicanos de ascendência indo paquistanesa podem coincidir com os interesses religiosos e morais dos insurgentes islâmicos, promovendo uma aliança entre os dois grupos” (Santos, 2020, p. 12).

Um segundo possível ator que pode estar por de trás deste financiamento a estes grupos islâmicos, apesar de muito menos provável, é o maior partido da oposição em Moçambique, a Renamo. É um possível financiador, podendo ser sustentado com base nos resultados de períodos eleitorais. Onde se verifica um maior apoio, desde a formação da Renamo em partido político, às populações do litoral Norte de Moçambique, maioritariamente islâmica, e que sentem uma pressão social com a restante população maconde. Dessa forma verifica-se um apoio por parte dessa região do litoral a favor da Renamo nos períodos eleitorais, sendo que já teve várias vitórias quer em áreas de Palma, Quissanga, Mocímboa da Praia ou Macomia. Esta ligação da Renamo a estas áreas mais pobres e rurais pode ser utilizada como forma de incentivar a formação de grupos de insurgentes, que criem destabilização na região e conseqüentemente enfraqueçam o partido da Frelimo.

Um outro fator que pode explicar o envolvimento da Renamo neste conflito armado prende-se pela teoria do recurso ao instrumento de uma ameaça externa de modo a pacificar a situação interna do país ou equilibrar o poder entre o partido dominante e o seu opositor. Ou seja, a pacificação da relação entre a Renamo e a Frelimo, no sentido não de se submeter ao seu adversário partidário, mas no sentido de estar mais equilibrado face a esse partido dominante. É entendido que a oposição deixa de ser tão radical quando os poderes dos partidos se encontram em paridade, sendo por isso mais moderado. Aquilo que se verifica é que com um conflito armado como este em Cabo Delgado, o governo vigente e o Estado sejam afetados, perdendo força e preponderância política, o que inevitavelmente equilibrará esse poder face à força da oposição, a Renamo. Deste modo quando os recursos e os custos de filiação são mais simétricos, os moderados tendem a aproximar-se da oposição (Cortês, 2016). “Porém, quando os recursos que os partidos dominantes possuem entram em declínio- geralmente em períodos de crises económicas, quando os Governos são coagidos a reduzir o tamanho do setor público, principal fonte de recursos para o partido dominante-, o número de militantes da oposição que almejam cargos públicos aumenta” (Cortês, 2016, p.9).

Apesar disto, e como foi anteriormente referido, esta hipótese de financiamento por parte do partido da oposição a estes grupos armados é muito menos provável, até porque o apoio recebido nas eleições legislativas pela população do litoral Norte, trata-se de islamitas tradicionais, diferenciados daqueles que pregam um Islão mais conservador e rígido e que surgiram mais tarde no centro de África.

6. Consequências deste conflito armado em Cabo Delgado

Assiste-se com a continuação do conflito armado a um impacto gigantesco no setor socioeconómico. Cabo Delgado foi desde sempre caracterizado como uma província pobre, de pouco investimento por parte do governo central existindo permanentes problemas no setor da educação, saúde e desenvolvimento económico, onde as suas principais atividades económicas se baseiam na agricultura e pesca. Com o advento do conflito armado em Cabo Delgado, juntando-se outros indicadores como as tensões entre a Renamo e Frelimo, as secas sentidas no país desde 2016 e os ciclones que devastaram as plantações e estruturas civis, assim como o surgimento da crise sanitária de nível mundial (Covid-19), assistimos a um agravamento ainda mais acentuado na fragilidade económica e desenvolvimento social, em especial na região.

Desde logo, focando-nos apenas nos efeitos dos ataques realizados por parte destes grupos ligados ao Estado Islâmico, que ao longo do conflito destruíram inúmeras infraestruturas públicas e privadas e desencadearam uma vasta onda

de precariedade e desorganização social, desencadearam uma pressão tal sobre o Estado moçambicano e uma debilitada capacidade económica, que inviabilizou qualquer possibilidade administrativa da situação. Assiste-se a diversos relatos de vilas e aldeias desertas e destruídas por efeitos do conflito, onde por exemplo o ataque à vila de Quissanga a 25 de março de 2020 gerou a destruição de 387 estruturas. Atingindo uma dimensão ainda mais dramática com o ataque de 28 de maio de 2020 a Litamanda e Chai Sede, distrito de Macomia, onde foram contabilizadas 790 e 439 estruturas destruídas respetivamente, tudo no mesmo dia (Amnistia Internacional, 2021).

Tendo em conta esta situação, e os ataques inesperados aos vários distritos, a população local não encontrou outra alternativa se não fechar as suas lojas de comércio e abandonar a sua residência, deixando todos os bens que possuía para trás. Mesmo as poucas pessoas que permaneceram nestes locais devastados pelo conflito, apenas passaram a produzir para o seu autossustento. Tudo isto veio afetar posteriormente a receita fiscal do Estado, que de acordo com o CIP (Centro de Integridade Pública), uma ONG que atua em Cabo Delgado, a província só nos dois primeiros anos do conflito perdeu cerca de 2 biliões de meticais. Sendo ainda uma crescente preocupação, as expectativas que estavam a ser depositadas na grande especulação de investimento estrangeiro no setor da exploração de gás natural, e que era visto por Moçambique como uma fonte de grande rendimento. A existência desta onda de violência e terror na região nunca foi favorável para os investidores internacionais, que pretendiam negócios seguros e estáveis. Desta forma a verificação de precariedade no setor das pescas, agricultura, turismo e investidores estrangeiros, conduziu a uma fragilização do poder económico estatal, que nunca é favorável para um Estado que combate uma ameaça desta natureza.

Um problema adjacente a este, prende-se com o desenvolvimento social, sendo visível uma falta de aposta por parte do governo na reconstrução das infraestruturas destruídas, que proporciona inevitavelmente um reforço a esta onda de contestações da população face ao governo. Sendo uma atitude racional uma vez que a posição do Estado moçambicano em reprimir uma ameaça, que é enquadrada no palco das “novas ameaças”, através de instrumentos meramente militares, existindo por isso, um investimento mais focado na via militar, conduz a uma escassez de investimento noutras áreas, como a social e económica. Entre 2017 e 2019, verificou-se um aumento nas despesas militares em contraste com o setor por exemplo da saúde ou educação que foi bastante reduzido.

“Particularmente, de 2018 a 2019, a realização da despesa de investimento interno no sector da educação em Cabo Delgado reduziu em cerca de 52.4%, de 33,1 milhões em 2018 para 15,8 milhões em 2019 e, no sector da saúde nesta província, registou-se uma redução da realização do investimento interno em cerca de 51.2%, de 26,7 milhões em 2018 para cerca de 13 milhões em 2019. Em con-

trapartida, a realização da despesa de investimento interno para a defesa militar nacional teve um crescimento exorbitante de 2018 para 2019, de cerca de 451%, ao passar de cerca de 678,8 milhões meticais em 2018 para 3,7 bilhões de meticais em 2019” (Constantino, 2020, p.4).

Desta forma esta falta de investimento no setor social, pelas dificuldades do governo em cobrir todos os custos que o conflito acarreta e a aposta em investimentos constantes nos mecanismos tradicionais (via militar), conduzindo ao contínuo endividamento do Estado, leva-nos ao que o CIP caracteriza como, “Armadilha do Conflito”. No qual há uma espécie de ciclo vicioso, onde o conflito conduz a uma fragilização do desenvolvimento económico do país, que por sua vez atinge a população que se revolta contra o governo, e desse modo torna-se mais fácil o recrutamento dessas pessoas para os movimentos de insurgentes/terroristas.

Desde o início do conflito até aos dias de hoje, já se fala em cerca de 700 mil deslocados pelo conflito, originários principalmente de Mocimboa da Praia, Macomia, Quissanga, Palma, Muidumbe, Nangade e Mueda, que se foram direccionando essencialmente para a cidade de Pemba e Metuge. Existindo aqui uma tendência na procura de bem-estar e segurança que é perceptível por parte dos deslocados internos nas zonas mais urbanas, como é o caso de Pemba chegando a assistir, no mínimo à chegada de 100 pessoas por dia à praia de Paquitequete (CDD, 2021), que origina um peso extra e impossível de sustentar pelos serviços públicos da cidade, e que impossibilita o governo de lidar com tal incremento de população urbana. Verificando-se deste modo distritos praticamente desertos em termos populacionais, ao contrário de outras zonas da província com aglomerados nunca antes visto. Assiste-se a uma situação muito pouco saudável, resultando numa pressão acrescida em centros urbanos incapazes de suprir as necessidades mínimas de todos os civis pela falta de meios disponibilizados pelo governo central, assim como um inexistente aproveitamento do potencial das terras e costa marítima presentes na província, devido ao conflito armado. Só a cidade de Pemba, que detinha cerca de 200 mil habitantes, tendo em conta o Censo de 2017, viu a sua população aumentada em mais de 50%, ainda antes do ataque a Palma, supondo que o número tenha aumentado bastante após o ataque (Fews Net, 2021). Da mesma forma o distrito de Metuge, que detinha 86 mil habitantes de acordo com o censo de 2017, em fevereiro de 2021 já contava com 110 mil deslocados internos, um acréscimo de 127% da população residente (CIP, 2021).

Perante esta situação, era de esperar que os serviços de apoio social e de saúde do Estado moçambicano estivessem preparados para responder a esta calamidade pública, mobilizando esforços no sentido de minimizar as consequências sentidas por este conflito. Porém o que se verificou foi exatamente o oposto onde cerca de 90% do total de deslocados internos permanece em famílias de

acolhimento, dizendo respeito a familiares dos deslocados, amigos ou apenas pessoas de boa fé que forneceram abrigo nas suas casas a estas pessoas. Apenas 10% do total de deslocados se estabeleceu em reassentamentos definitivos ou centros provisórios em Metuge, existindo até fevereiro de 2021 apenas 21 aldeias de reassentamento criadas pelo governo (CIP, 2021).

A segurança alimentar é dos temas mais preocupantes quando se analisa os deslocados internos não só a curto prazo, nas deslocações das pessoas da zona de conflito para zonas mais seguras, como a longo prazo sendo abrigados por famílias de acolhimento que mesmo antes já viviam em situação de pobreza. De acordo com a Amnistia Internacional (2021) em Pemba chega a viver entre 30 a 40 pessoas numa casa unifamiliar, sem quaisquer condições mínimas, onde as suas maiores preocupações prendem-se com o espaço e a alimentação, realizando muito poucas refeições e em porções muito reduzidas acabando por ingerir alimentos como matapa, moringa ou folhas de mandioca. A situação económica vivida no país antes do conflito armado já não era favorável face a diversos fatores como cheias, secas, ciclones e conflitos armados que desencadearam um aumento acentuado nos preços de certos produtos, desde logo do milho, podendo a farinha de milho ser uma alternativa, porém em Pemba devido ao conflito manteve-se com preços muito elevados. Tendo em conta o contexto em que se desenrolou o conflito armado, não só pela questão das épocas agrícolas fracas como também pela crise financeira de 2016 proporcionada pelas dívidas ocultas por parte do governo, assiste-se a um país completamente fragilizado que não consegue cumprir com as suas obrigações face à proteção dos deslocados de guerra. Sendo inferido a existência em várias zonas do país de situações de insegurança alimentar de “Estresse”, mas que em regiões de conflito armado como em Cabo Delgado a tendência possa ser de insegurança alimentar aguda de Crise podendo atingir até a insegurança alimentar aguda de Emergência. Apesar disso não é possível confirmar a situação alimentar real da região por motivos de difícil acesso a diversas áreas da província pelos investigadores independentes ou observadores (Fewes Net, 2021).

Mesmo as opções seguidas pelo governo, desde logo, em iniciar a criação das designadas aldeias de reassentamento desde julho de 2020, parecem não apresentar qualquer resultado positivo à situação dos deslocados internos perante a situação vivida na região, concluindo-se como únicos beneficiados a população local residente nos distritos, pela diminuição da pressão causada pelos aglomerados populacionais inesperados.

Os deslocados internos foram reinstalados em reassentamentos definitivos em Ancuabe, Montepuez, Metuge e Chiúre, verificando-se que o único apoio prestado pelo Estado foi a atribuição de terras tanto para a construção de habitações como para a prática da agricultura, no sentido de as pessoas garantirem o seu autossustento. Assistindo-se por isso a um desleixamento por parte

do governo no atendimento a todas as condições necessárias para estas pessoas reiniciarem as suas vidas, e a uma desconsideração perante as diferentes necessidades que cada grupo apresenta. Existe diversos fatores que prejudicam estas pessoas, desde logo a fraca experiência por parte de alguns grupos a trabalhar a terra, como é o caso dos Mwani, que sempre dependeram das atividades voltadas para o mar e por esse motivo a disponibilização de pedaços de terra, enxadas e catanas para garantirem a sua subsistência não servirá de grande coisa sem a devida formação. Para além disso existe outros problemas que se levantam, como a distância entre a zona de habitação e a área de cultivo, existindo locais com 8 km de distância, existe igualmente a necessidade de mais furos de água uma vez que a sua escassez conduz a longas horas de espera nas fontes de água existentes, e mais meios para que os deslocados consigam construir as suas casas. Basicamente a preocupação do governo passou por abafar a concentração de pessoas nas zonas urbanas, afastando-as para zonas mais rurais, porém sem ter em conta as necessidades e condições mínimas que proporcionassem a criação de uma nova vida a estas pessoas. Desencadeando contestações por parte das autoridades locais face ao governo moçambicano pela falta de mecanismos de apoio a estes deslocados internos, no qual continuou-se a atribuir a cada distrito o orçamento de acordo com o Censo de 2017 como se esta calamidade pública nunca tivesse existido.

Esta situação leva-nos a concluir que mesmo as pessoas que consigam escapar à morte nas zonas em conflito, dificilmente encontraram uma vida de paz nos próximos anos, estabelecidos em aldeias de reassentamento (idealizados como o espaço para recomeçar uma nova vida) com diversas carências, desde questões de saúde, educação, habilitação nas novas formas de trabalho, até aos traumas psicológicos. A permanente falta de investimento no setor social, que é de longe o mais afetado por esta guerra, conduzirá inevitavelmente a que estas pessoas vejam a criminalidade, violência social e prostituição como a única opção a seguir, uma vez que acabam por perder a confiança e esperança no apoio estatal, que não está a mobilizar esforços suficientes para lidar devidamente com a situação.

No distrito de Chiúre por exemplo, acusa-se a existência de corrupção das pessoas que coordenam a ajuda prestada pelo PMA (Programa Mundial de Alimentos) nas listas de distribuição de alimentos, acabando por favorecer situações de anarquia, como os assaltos posteriores ao depósito de Chiúre no final de março, utilizado posteriormente tanto para consumo próprio como para revenda no mercado negro. Esta posição mais anarquista acaba por ser espalhada com facilidade por toda a comunidade, uma vez que “muitos deslocados internos que permanecem na área de Nahavara, no distrito de Chiure, aguardavam há quatro meses pela primeira ajuda do PMA” (Cabo Ligado, 2021, p.5).

O mesmo acaba por acontecer no distrito de Ancuabe, existindo grandes desconfianças quer dos deslocados internos para com os líderes locais, que acu-

sam estes de ter mais facilidade em armazenar alimentos secretamente uma vez que as pessoas deslocadas vivem longe dos centros de distribuição de alimentos. Quer das pessoas residentes para com os deslocados internos, existindo tensões na disponibilização de terras pelo governo para estas pessoas, sendo acusados pelos locais de impedirem as chuvas nas plantações através da via sobrenatural (Cabo Ligado, 2021).

Por outro lado, dado o descontrolo e sentimento anárquico vivido na província, relata-se ainda diversos casos de abusos por parte das FDS, que supostamente têm o dever de garantir a manutenção da ordem do país e a proteção dos seus cidadãos e bens. Assistindo-se apesar disso ao inverso, com FDS acusadas de constantes abusos da sua autoridade, a afetar tanto os civis como a apropriação indevida dos seus bens. Verificando-se relatos de policia a fazer subornos a civis nas estradas, maus tratos físicos ou mortes e arrecadação de bens indevidamente. Todas estas ações muitas vezes justificadas pela ligação direta ou indireta dos civis ao Al-Shabab, no qual o dinheiro e outros bens pertencentes aos civis são acusados de serem fornecidos pelo grupo armado, ou por estarem a encobrir pistas sobre o Al-Shabab justificando-se os espancamentos (Amnistia Internacional, 2021).

Ainda de acordo com o jornal Observador (2020), o CIP acusa a existência de prestação de favores sexuais de mulheres em troca de ajuda e segurança nos centros de acolhimento. Sendo uma questão que é considerada quase como um “Tabu”, uma vez que as agências humanitárias da ONU e outras organizações que operam no terreno não respondem a este tipo de acusações, uma vez que a abordagem deste tema por parte das organizações poderia por em causa a sua continuidade no terreno e por isso optam por não comentar. Por outro lado, este silenciamento apenas conduz a que o tipo de ato praticado seja cada vez mais recorrente uma vez que não existe qualquer tipo de repressão, nem sequer se aborda o assunto.

Tendo por base o referido, quer a ajuda humanitária escassa face à escalada do conflito, como a verificação de um país facilmente corrompido em ambiente de desorganização social e institucional, conduzirá, a longo prazo, a um conformismo situacional onde quanto mais enraizada estiver a prática de desgoverno e selvajaria no país menor capacidade existirá para reverter a situação existente.

7. Auxílio português e apoio da Comunidade Internacional

Portugal é, na generalidade dos países, aquele com razões mais fortes para estar atento aos avanços e contornos que vão surgindo em Cabo Delgado, tendo por base a sólida proximidade histórica entre os dois países. Trata-se de uma ligação estabelecida no período colonial que se perdurou no pós-colonial, com

Portugal a marcar forte presença em todo o processo da independência moçambicana. Garantindo ainda a contínua e reforçada ligação através da organização internacional, CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) onde se promove as relações de amizade e cooperação entre os seus membros, apoiando-se mutuamente no seu desenvolvimento e democracia. Tendo em consideração estes fatores é imperativo que um conflito como o que se sucede no norte de Moçambique não passe ao lado do governo português, procurando antes, ser um motivador para um maior reforço das relações bilaterais entre estes dois países. Sendo algo que se verificou de facto com a assinatura do acordo-quadro para a cooperação militar entre Portugal e Moçambique estipulado a 10 de maio de 2021, permanecendo ativo pelo período de 5 anos. Assimilando-se como uma cooperação bilateral no domínio da defesa não muito divergente dos anteriormente firmados, desde 1988, porém com um nível de robustez mais elevado. Referindo-se deste modo a formação das Forças Armadas moçambicanas em ações de contraterrorismo focado nas forças de intervenção rápida, a continuação na aposta do ensino militar com vagas em Portugal pela PEMPOR e PFORPOR, a participação conjunta em missões de paz e humanitárias, e ainda a cooperação com países terceiros ou organizações internacionais/regionais na persecução dos seus objetivos de defesa (República Portuguesa- Defesa Nacional, 2021).

Pretendendo, de acordo com o referido, a estipulação de um treino a várias companhias das Forças Armadas por um período entre três a quatro meses durante três anos, exercido essencialmente no sul do país perto de Maputo, substanciando-se num significativo investimento português alguma vez realizado em Moçambique (DW, 2021). O envio de 60 militares em abril de 2021 a operar no terreno moçambicano através de apoio logístico e na formação de tropas de intervenção rápida já se encontra enquadrado neste acordo-quadro de cooperação bilateral de defesa, sendo Portugal um dos primeiros países a exercer apoio militar no terreno moçambicano com autorização do presidente.

Paralelamente a isto, Portugal objetiva ainda prestar apoio financeiro no valor de 250 mil euros a projetos de desenvolvimento de ONG'S que atuem no terreno moçambicano através do Instrumento de Resposta Rápida para Ações de Emergência, pela coordenação do Instituto Camões. Agregando a outros apoios já estabelecidos por Portugal, existindo cinco projetos financiados pelo mesmo desde fevereiro de 2020, com as organizações Apoiar, Fundação Fé e Cooperação, Helth4Moz, Helpo e Oikos focadas na promoção da saúde, segurança alimentar e fortalecimento contra desastres climáticos (Observador, 2021).

Por fim existe ainda um ponto de especial importância onde Portugal pode contribuir, sendo através do esforço para atrair apoios e relevar o conflito de Cabo Delgado à cena internacional. Verifica-se uma posição no ano de 2021 favorável para esse efeito uma vez que passou a assumir a presidência do Conselho da UE a 1 de janeiro, apresentando nesse sentido bons resultados na conscien-

cialização europeia e internacional da frágil situação moçambicana, oficializando o problema humanitário e securitário em Cabo Delgado como uma das prioridades na agenda da sua presidência do Conselho europeu. Situação que acabou por revelar a singular posição de Portugal como interlocutor e impulsionador na cooperação e diálogo entre o Estado Moçambicano e a UE em todo o processo de auxílio que havia sido requerido pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo a 16 de setembro de 2020. Destacamento visível quer na delegação da UE para moçambique, liderada pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, onde se debateu os problemas e os moldes em que essa ajuda seria prestada, quer na posterior formação da missão EUTM Moçambique aprovada formalmente a 12 de julho de 2021 liderada pelo brigadeiro-general português Nuno Lemos Pires. Sendo ainda referido pelo Ministro de Estado que a finalização da missão de formação militar da UE para um período de 28 meses em Moçambique se deveu em grande parte ao esforço e empenho da presidência portuguesa no Conselho europeu (Público, 2021).

Para além disto verificou-se no seio da UE e em complemento ao apoio militar referido, constantes apoios a nível financeiro que procuraram mitigar os efeitos provocados pelas ameaças em Moçambique. Onde por exemplo, na resolução da UE a 17 de setembro de 2020 foi reafirmado o apoio de 200 milhões de euros que já haviam sido estipulados em 2019 destinados à recuperação do país e em resposta à pandemia. Sendo defendido por Joseph Borrell que para além disso, em 2020 a UE contribuiu com 37 milhões na ajuda humanitária destinada apenas a Cabo Delgado. Sendo que nesse mesmo ano forneceu a Moçambique 14,6 milhões destinados à educação e alimentação (SIC Noticias 2021). No ano de 2021 a UE disponibilizou 17 milhões de euros para a ajuda humanitária, apoiando não só os deslocados internos como as famílias de acolhimento através de proteção, abrigo, água e saneamento, educação em situações de emergência e cuidados de saúde necessários (*European Commission*, 2021).

Apesar de tudo isto, relativamente à intervenção de Portugal no conflito moçambicano, reside na sua política doméstica algumas divergências na linha de pensamento de alguns partidos. Com uma esquerda mais voltada para a via diplomática e o diálogo entre as partes beligerantes, ao inverso de uma direita mais propícia à via da militarização *“Yet Santos’ stance does distance her from more right wing figures in Portuguese politics who have advocated a more militarized approach, indicating the divides in Portugal’s domestic political scene over how to respond to the Cabo Delgado conflict”* (Cabo Ligado, 2021, p.3).

Da mesma forma, relativo ao apoio da CPLP ao conflito verifica-se opiniões dispares sobre a forma como esse apoio poderia ser prestado, com um PSD a questionar o governo sobre falta de presença da comunidade de países lusófonos em Cabo Delgado, em contraste com o ministro da Defesa português a defen-

der que a organização não apresentava a mesma capacidade e prontidão para executar uma missão militar de defesa como a UE apresenta (Expresso, 2021). O deputado do PS, Pedro Seabra, em entrevista ao DW (*Deutsche Welle*) (2021) considera mesmo que uma intervenção militar em Moçambique nunca esteve nos planos da CPLP, fazendo mais sentido um reforço no apoio de cariz humanitário. Da mesma forma o antigo secretário-executivo da CPLP, Murade Murargy, defendeu que a organização pode antes aproveitar a sua posição privilegiada para apoiar, mobilizando apoio internacional face a esta crise em Cabo Delgado existindo meios mais apropriados de auxílio do que a exclusiva via militar (Plataforma Media, 2020).

No que respeito à UA (União Africana) e à SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), importantes organizações pelo seu natural envolvimento nos problemas do continente africano, assumiram uma posição de auxílio ao conflito armado em Cabo Delgado relativamente tardio. Desde logo a rotação da presidência da SADC a 17 de agosto de 2020 para o Estado moçambicano teria sido uma altura favorável para o país estimular uma intervenção regional preparada pelos seus Estados-membros, algo que só se veio a suceder a 23 de junho de 2021 numa cimeira extraordinária da SADC, ou seja, quase um ano depois. Sendo proposto pela avaliação técnica da SADC:

“uma força constituída por três (3) batalhões de infantaria de 630 soldados cada, dois (2) esquadrões de forças especiais de 70 soldados cada; uma brigada de infantaria baseada no quartel-general composta por 100 homens; seis (6) helicópteros (sendo dois de ataque, dois armados e mais dois de logística); dois (2) navios de patrulha de superfície; um submarino; uma aeronave de vigilância marítima, bem como outra aeronave de apoio logístico, equipamento e pessoal de apoio” (CDD, 2021).

Dois especialistas do Instituto de Estudos de Segurança (ISS), de acordo com o DW (2020) assumem uma posição favorável sobre a intervenção destas organizações regionais no conflito de Cabo Delgado uma vez que é uma questão que pode assumir uma ameaça de natureza regional. É por isso necessário uma cooperação mútua entre os países da região. O analista alemão, Andre Thomashausen, referiu ainda ao DW (2020) que o impasse de decisão na intervenção por parte da SADC neste conflito, pode-se prender pelas divisões internas da organização, onde por exemplo existe uma negação por parte de Moçambique em permitir a navegação do Malawi no rio Chire, ou ainda as contestações por parte de Moçambique em negociar uma zona comum de exploração de gás com a Tanzânia uma vez que metade da jazida de gás se encontra também nas suas águas territoriais.

Neste sentido, tem-se assistido ao longo do conflito, e mais recentemente nos esforços para a formação de uma missão militar da SADC, a um desajustamento nas vontades por parte de cada Estado-Membro da organização. Verificando-se uma África do Sul, Zimbabwe e Botswana mais motivados a colocar uma força militar a intervir em Cabo Delgado, em contraste com os demais membros. Essa mesma vontade de intervenção em Moçambique por parte da África do Sul traduz-se desde logo na sua posição como líder da força regional, com a mobilização de 1.500 militares para a duração de três meses em território moçambicano, verificando-se inclusive a entrada no país do primeiro contingente da Brigada 43. Sendo por isso o país com o contingente mais elevado dentro do território moçambicano até ao momento. Onde Botswana assume uma posição semelhante, sendo o vice-comandante da força regional, mobilizando até ao momento 300 militares para Cabo Delgado. Prestando tanto um como outro reforço aos contingentes, com veículos de combate e armamento nos postos de fronteira de Gondola e Ressano Garcia. Da mesma forma, Zimbabwe está a concluir o acordo de 300 militares a compor a força militar de intervenção da SADC (Africa Monitor, 2021). Esta força, composta por um misto de recursos, desde soldados a navios da marinha e helicópteros, focou-se na aposta de uma estratégia de combate estruturada primeiramente numa ofensiva pela via aérea e só posteriormente, com um maior controlo da situação, uma maior atuação pela via terrestre.

Esta motivação em prestar apoio, especialmente por parte da África do Sul, pode resultar das últimas atividades exercidas por Moçambique relativamente à aprovação de apoio externo bilateralmente com outros países. A abertura do presidente Nyusi ao Estado ruandês, tido como possível solucionador do conflito em Cabo Delgado, assim como a aprovação de envio de mil militares ruandeses (700 militares e 300 polícias) para esse efeito, antes da aprovação de envio por parte de Moçambique da força regional da SADC, apenas veio exacerbar as tensões já existentes entre a África do Sul e o Ruanda.

Sendo agravado pelo facto da atuação dos militares ruandeses se provar pouco clara e sem um plano operacional transparente que seja perceptível a todos os intervenientes e interessados no conflito, algo derivado, naturalmente, das negociações informais entre o presidente Nyusi com o presidente ruandês (Paul Kagame) e o presidente francês (Emmanuel Macron). Ainda assim, apesar desta visível carência na transparência das relações Moçambique-Ruanda, a verdade é que se tem relatado ganhos favoráveis em termos territoriais e perdas humanas do lado dos insurgentes que, por um lado eleva a moral e esperança da população moçambicana e por outro conduz à ofuscação desta intervenção imprecisa. Sendo um dos recentes feitos realizados pelas tropas ruandesas em cooperação com as forças moçambicanas, a retoma da Vila de Mocimboa da Praia, que havia sido conquistada em agosto de 2020 pelos insurgentes (Zitamar News, 2021). E ainda uma progressiva onda generalizada, por parte dos membros da SADC, no

que respeito ao reconhecimento da intervenção ruandesa no conflito, realizada formalmente pela via diplomática, com visitas oficiais já ocorridas por Angola, Tanzânia e Zimbábue à capital Kigali (África Monitor, 2021). Situação que traduz uma tranquilização de ânimos e concordância relativamente à escolha do Ruanda como principal apoio na luta armada, em detrimento da SADC, tida como uma força de segundo plano. Mas que, por outro lado, não deixa de se provar um incómodo para determinados membros da organização, como é o caso da África do Sul, não apresentado capacidade de consentimento relativamente a esta questão, continuando a mover esforços para que a organização continue a estar presente em todo processo de restabelecimento de paz no norte de Moçambique.

Já no que respeito à atuação desempenhada pela Tanzânia não se pode referir o mesmo, assistindo-se a uma posição muito mais passiva relativamente à situação moçambicana. Passividade essa que poderá ser alterada com a recente subida ao poder de Samia Hassan à presidência da Tanzânia, considerada como mais propícia a uma abertura internacional em contraste com o seu antecessor. Porém, mantendo ainda situações complicadas como os impedimentos de entrada de inúmeros refugiados moçambicanos na fronteira com a Tanzânia e o reenaminhamento daqueles que chegavam a entrar, para Negomano (Vila a norte de Moçambique), fazendo só no mês de maio 3, 8 mil moçambicanos retornados (ONU News, 2021) o que deriva em dificuldades acrescidas para uma cooperação, essencialmente humanitária, a nível bilateral entre estes países.

Em sentido paralelo a estas questões, pode-se ainda assumir como um entrave igualmente predominante para esta morosidade na resposta de auxílio de forças estrangeiras, o medo do presidente moçambicano de perda de soberania e controlo sobre a gestão do conflito armado. Neste sentido, assiste-se a uma tendência para o governo estar mais predisposto a aceitar apoio logístico e formativo das suas tropas do que propriamente ao combate a insurgentes/terroristas.

Aliás, seguindo esta linha de pensamento, quer a intervenção militar do Ruanda, como a aprovação da missão militar da SADC, demonstram um favoritismo por parte de Moçambique no que respeito à concessão de intervenções de países africanos e vizinhos em missões militares, ao inverso do que acontece com países europeus ou organizações não africanas, permitindo-se apenas apoio logístico e formativo destes. Esta estrutura formada de apoio é reflexo desse mesmo receio do executivo de Maputo de perda de soberania. Mesmo a recente disponibilidade em receber apoio externo demonstra-se por parte do governo moçambicano quase como uma obrigação, alvo dos acontecimentos ocorridos pelo conflito, essencialmente após o último grande ataque à Vila de Palma a 24 de março de 2021. Ataque esse defendido por vários analistas como uma afirmação do poderio do grupo armado que se provou o principal motor para a mediação da situação moçambicana a nível internacional, forçando por isso Nyusi a não ter grande margem de manobra na recusa de apoio.

Assiste-se, portanto, apesar da persistente desconfiança moçambicana, a uma crescente presença e ação por parte de países europeus, especialmente aqueles com mais interesses económicos na região, sendo um dos mais interessados na finitude do conflito, a França pelo investimento já realizado na empresa de exploração de gás natural. Mas para além dela existem outras como a Gemfields do Reino Unido ou a Eni da Itália. Existindo por esse motivo, interesses acrescidos por estes países que os incentivam a prestar auxílio securitário à região em conflito. A França por exemplo apoia através de investimento de informações por via de drones, ou ainda acordos entre o governo moçambicano e a Total no sentido de proporcionar maior apoio e segurança às populações, sendo um dos últimos acordos firmados o estabelecimento de um plano para reabastecer a vila de Palma por via marítima uma vez que as rotas terrestres estavam bloqueadas. Ou ainda a parceria realizada entre a empresa francesa e o Centro para a Democracia e Desenvolvimento na formação dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos destinado às FDS, visando com isso uma maior confiança e aproximação entre as ações das autoridades moçambicanas e as comunidades locais (CDD, 2021).

Ainda assim, apesar do auxílio nestas questões, levanta-se uma vez mais a problemática da desconfiança por parte de Maputo face à garantia de soberania sobre o conflito na ocasião de intervenções externas. Onde tem-se assistido à constante mobilização de esforços por parte da França e EUA para exercer uma intervenção militar no conflito de Cabo Delgado, que tem sido permanentemente bloqueada por Nyusi. Produzindo como efeito, a inauguração de uma espécie de jogo de xadrez, onde se verifica uma aproximação maior destes países tanto para com a África do Sul, no sentido de trabalharem em conjunto a questão do terrorismo e alcançar o objetivo comum, sendo a intervenção militar em Moçambique. Como para com o Ruanda, entendendo-se como um país próximo a Moçambique e com fortes possibilidades de ser encarado por Nyusi como uma figura de salvação para o conflito em curso. Tornando-se, por esse motivo o Ruanda a peça central deste jogo de xadrez onde se passa a verificar uma aproximação cada vez mais robusta por parte de determinadas potências a este Estado, objetivando estabelecer influência nesta região africana. Aproximação essa essencialmente sentida por parte dos EUA e França que acabam por encontrar no Ruanda um veículo acessível de entrada indireta no conflito. “A presença e o avanço da força ruandesa em Moçambique confirma o apoio das duas potências” (África Monitor, 2021, p.8).

Verifica-se, por um lado, a França com os seus interesses a nível de comércio e empresas francesas a operar na região que necessitam de estar seguras e capazes de reiniciar as suas atividades, e por outro lado os EUA que pretendem aproveitar este momento para expandir a sua influência não apenas em Moçambique, mas em toda a África Oriental, consumando sucessos relativamente ao

combate ao terrorismo internacional e à sua capacidade como fomentador de paz mundial. Procurando com esta aproximação uma maior capacidade em reverter a posição de Moçambique relativamente à aceitação de apoio externo.

Por outro lado, vários analistas acabam por considerar quer a possível intervenção da França e EUA quer, em termos gerais, o múltiplo apoio internacional que se mobilizou para Moçambique como uma situação possivelmente prejudicial ao conflito em curso. Onde, nesse sentido vários sociólogos, como João Feijó compreendem a intervenção militar da SADC, caso seja uma missão exclusivamente militar e sem nenhum compromisso a nível socioeconómico para a região, como mais uma forma de alimentar o conflito e não de procurar a sua finitude. É por isso visto como certo que o reforço do poderio militar conduza inevitavelmente a uma maior onda de violência com consequências mais gravosas para a população, proporcionando um maior número de deslocados e contestações. Nesse sentido um reforço na via militar deverá ser sempre acompanhado de um reforço na ajuda humanitária, de modo a que o aumento do nível de violência não derive numa maior devastação do país (DW, 2021).

Nessa mesma linha de pensamento, Jasmine Opperman, vem defender relativamente ao auxílio prestado pelos EUA e o envio de soldados para formar as tropas moçambicanas, algumas precauções relativamente à militarização excessiva na região. Situação que se entende já perigosa pelo anúncio realizado pelos EUA no mês de março ao referir-se a Cabo Delgado com o designo de “ISIS-Moçambique” e acusar como líder da insurgência Abu Yasir Hassan. Posição essa que eleva naturalmente o conflito a um domínio mais internacional e a uma simplificação do problema que é desaprovado pela investigadora. Esta interpretação seguida pelos EUA face à natureza do conflito deriva numa desvalorização das origens locais do problema que apenas permitirá que a resposta à população local se mantenha inexistente (DW, 2021).

Neste sentido a simples presença militar de diferentes forças estrangeiras em Moçambique não só não é um incentivo para um cessar-fogo do conflito, como inclusive poderá agravar ainda mais a situação, já difícil, em Cabo Delgado. Neste sentido a posição do presidente Nyusi face à relutância em receber apoio externo acaba por ser considerada por alguns analistas como positiva, ainda que seja por diferentes razões. Existe mais de 700 mil deslocados numa província devastada pela guerra, onde o apoio das agências humanitárias e ONG'S se tem provado insuficiente face ao crescente número de pessoas necessitadas de apoio. Sendo por isso necessário uma maior consciencialização da importância a atribuir ao campo socioeconómico para que o combate a esta ameaça seja realizado de forma eficaz e se consiga dar os primeiros passos para a negociação de cessação do conflito, onde a simples via militar por si só não conseguirá alcançar esse feito.

8. Considerações Finais

O Estado moçambicano tem sido constantemente posto à prova com o surgimento de um conflito que dura já há cerca de 4 anos e que tem provado, infelizmente, a sua falta de prontidão e eficácia no seu combate, reflexo de uma democracia fraca composta por instituições instáveis.

Ao analisar este conflito compreende-se vários pontos que deveriam ser melhor trabalhados. Desde logo tem-se um Estado que só recentemente abriu portas ao apoio internacional, porém precisa agora de apresentar capacidade para gerenciar a diversa ajuda que é oferecida pelas forças estrangeiras de modo a otimizar da melhor forma esse apoio sem que se origine confusões na execução das operações. Para além disso os modos em que essa ajuda é aceite também deve ser tida em conta, tendo-se já como exemplo negativo, o caso de aprovação das forças militares ruandesas para Moçambique por parte de Nyusi sem a devida aprovação por parte do parlamento. Todo o procedimento para a integração de tropas estrangeiras em Moçambique deve ser feito de forma clara para que não se alimente contestações e divisões no seio do país que não fazem nada mais do que prejudicar a possível resolução do conflito. Por outro lado, as constantes acusações de abusos e violações de direitos humanos praticados tanto pelas empresas privadas de segurança contratadas, como pelas FDS, são um motivo forte para várias instituições e organizações humanitárias não prestarem ainda o seu apoio no terreno. É preciso que o governo permita a entrada de observadores de direitos humanos em Moçambique para analisar a real situação do país e que se proceda aos respetivos julgamentos, promovendo um sentimento de justiça e segurança no seio da população. No seguimento desta lógica demonstra-se igualmente importante a formação das tropas moçambicanas não apenas a nível de contraterrorismo como também de direitos humanos. Incentivando uma atuação junto das populações o mais correto e amigável possível para que haja a cooperação das mesmas com as autoridades moçambicanas, atingindo-se um sentimento de maior união.

Relativamente à via militar, entende-se que ao longo do conflito houve uma aposta muito maior na área terrestre em contraste com a área marítima, compreendendo-se como um campo extremamente importante, desde logo para travar o destacamento quer de recursos humanos quer materiais, sendo uma das principais formas de entrada dos militantes. No que respeito a isto, o apoio dos países vizinhos também se prova imperativo para o impedimento da mobilização de apoios externos ao empoderamento do grupo armado. “Entretanto, os países da África Oriental e Austral deveriam, através de seus blocos regionais, começar a explorar como conduzir operações conjuntas de aplicação da lei para entravar o apoio a al-Shabab pela parte de militantes transnacionais, incluindo ISIS (...)” (*International Crisis Group*, 2021, p.3).

De forma complementar, o investimento no setor socioeconómico que tem sido desde sempre negligenciado pelo Estado moçambicano e que apenas potencia uma dificuldade acrescida de cessação do conflito, não tem apresentado cenários mais favoráveis para que esse investimento aconteça. A capacidade por parte do Estado em providenciar emprego e meios para a população reiniciar a sua vida, é um fator de grande importância para garantir que os civis não se virem para o lado do grupo armado, nem sejam atraídos por promessas de um estilo de vida melhor. Organismos como o ADIN (Agência do Desenvolvimento Integrado do Norte) são importantes no sentido de apoiar o desenvolvimento e promoção de emprego jovem, assim como criar relações de diálogo mais próximas entre as populações e o governo, incentivando deste modo à desmilitarização da população. Apesar disso a Agência não se encontra ainda operativa no terreno.

Por fim, a nível do apoio prestado pelo governo ao crescente número de deslocados internos é necessário mobilizar maiores esforços para com os grupos considerados mais vulneráveis, sendo certo que dentro do grupo de deslocados nem todos se encontram ao mesmo nível. Desde logo os deslocados de etnia maconde, são na sua maioria antigos combatentes e por esse motivo recebem um subsídio do Estado. Com este subsídio, mais os possíveis apoios de agências humanitárias acabam por conseguir suprir mais facilmente algumas das suas necessidades básicas, seja na compra de alimentos seja no aluguer de um espaço. Sendo ainda um fator facilitador para este grupo étnico o facto de, ao contrário dos mwanis, conseguirem trabalhar a terra o que lhes permite maior capacidade de integração na sociedade. Neste sentido deverá existir maior atenção por parte do governo moçambicano e organizações humanitárias para com as pessoas mais dependentes de ajuda, estabelecendo um bom planeamento no processo de auxílio aos deslocados internos.

9. Conclusão

O conflito em Cabo Delgado é um dos melhores exemplos do que é hoje considerado por “novas guerras”, assistindo-se a uma necessidade de maior atenção à dimensão civil, que é nestes conflitos um dos maiores trunfos do inimigo, e que infelizmente o Estado moçambicano está a deixar passar ao lado. Não só porque existe uma ligação entre os movimentos extremistas e a pobreza, que por sua vez dá lugar a frustrações e contestações face ao Estado, conduzindo ao incremento desses movimentos extremistas, existindo por isso a criação deste ciclo que muito dificilmente é quebrado pela exclusiva via militar. Quer ainda porque essa aposta quase que exclusiva na dimensão militar e as atuações pelas FDS com caráter violento e agressivo apenas conduzem a uma aproximação da população civil ao inimigo. Sendo preciso um maior apoio de organizações como

a ADIN, destinada ao desenvolvimento da região e auxílio aos jovens na procura de emprego a ser empregue o mais rápido possível.

É necessária uma maior transparência por parte das atuações do Estado moçambicano e uma correta posição relativamente ao inimigo que se está a enfrentar de acordo com os factos que se apresentam, de maneira a unir quer a sua população quer os seus militares com um espírito de causa sólido. Sendo nesse sentido, imperativo uma autorização de entrada de analistas e investigadores independentes por parte do Estado, no sentido de confirmarem a real situação existente no país, essencialmente a nível humanitário, para que a resposta seja proporcional ao nível de ameaça existente. Para que se consiga abordar da melhor forma esta ameaça será sempre de extrema importância a participação das organizações regionais africanas, onde o apoio securitário prestado ao Estado moçambicano no presente, conduzirá de igual forma à prevenção securitária de toda a região africana para o futuro. Tendo-se sempre em consideração que é uma ameaça sem fronteiras e, portanto, para que se consiga combater a mesma será sempre necessário a cooperação entre Estados bilateral e multilateralmente.

Aquilo que se entende é que Moçambique não está a conseguir responder e gerenciar da melhor forma este conflito, com uma incapacidade em otimizar os seus recursos, muito proporcionada pelas contradições e desvios de opiniões do governo de Nyusi que conduzem a constantes perdas, quer de soldados como de território. Acrescida ainda pela falta de confiança moçambicana relativamente ao apoio externo, muito derivado também do receio de se iniciarem investigações sobre a violações dos direitos humanos praticados pelas suas FDS.

Realizando uma análise no contexto geral, já se verifica diversos países no continente africano com situações de ataques de grupos terroristas e com bases instaladas por parte dos mesmos (Somália, Quênia, Tanzânia, Chade, RDC, Mali, Iémen). O que pode conduzir, num cenário pessimista, a que a perda do continente africano para o terrorismo se torne num dos maiores problemas com que nós europeus tenhamos de lidar no futuro. Por esse mesmo motivo não se pode desvalorizar a situação que se passa em Moçambique e procurar uma solução antecipada, para que no futuro não se torne algo maior e muito mais difícil de controlar.

Referências bibliográficas

- África Monitor Intelligence. (2021). *SISE Ainda “às Escuras” em Cabo Delgado, com Foco em Operações em Mocímboa*. Disponível em: <https://www.africamonitor.net/pt/seguran%C3%A7a-defesa/am1311moc/>
- Agência Lusa. (2020, Agosto 14). Especialistas defendem intervenção urgente da SADC E UA em Cabo Delgado. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/>

- [pt-002/especialistas-defendem-interven%C3%A7%C3%A3o-urgente-da-sadc-e-ua-em-cabo-delgado/a-54563902](https://observador.pt/2020/10/26/ong-denuncia-abusos-sexuais-em-cabo-delgado-e-critica-silencio-sobre-o-assunto/)
- Agência Lusa. (2020, Outubro 26). ONG denuncia abusos sexuais em Cabo Delgado e critica silêncio sobre o assunto. Observador. Disponível em: <https://observador.pt/2020/10/26/ong-denuncia-abusos-sexuais-em-cabo-delgado-e-critica-silencio-sobre-o-assunto/>
- Agência Lusa. (2021, Abril 16). Ataques em Moçambique. Portugal apoia com 250 mil euros resposta de emergência em Cabo Delgado. Observador. Disponível em: <https://observador.pt/2021/04/16/ataques-em-mocambique-portugal-apoia-com-250-mil-euros-resposta-de-emergencia-em-cabo-delgado/>
- Agência Lusa. (2021, Maio 7). Defesa: Portugal e Moçambique assinam acordo na segunda-feira. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/defesa-portugal-e-mo%C3%A7ambique-assinam-acordo-na-segunda-feira/a-57462235>
- Agência Lusa. (2021, Julho 12). Portugal “empenhou-se muito” na missão de formação militar para Moçambique. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/07/12/politica/noticia/portugal-empenhouse-missao-formacao-militar-mocambique-1970028>
- Amnistia Internacional. (2021). “O que vi foi a morte” Crimes de Guerra no “Cabo Esquecido” de Moçambique. Disponível em: https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio_O-que-vi-foi-a-morte_Mocambique.pdf
- Anistia Internacional. (2021). *Anistia Internacional – Informe 2020/202: O Estado de Direitos Humanos no Mundo*. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1032022021BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF>
- Autor anónimo (2020, Julho 27). “CPLP devia ajudar a mobilizar apoios internacionais” para Cabo Delgado. Plataforma. Disponível em: <https://plataformamedia.com/2020/07/27/cplp-devia-ajudar-a-mobilizar-apoios-internacionais-para-cabo-delgado/>
- Autor anónimo (2020, Outubro 9). União Europeia vai dar ajuda militar em Cabo Delgado. Plataforma Media. Disponível em: <https://www.plataformamedia.com/2020/10/09/uniao-europeia-vai-dar-ajuda-militar-em-cabo-delgado/>
- Autor anónimo (2021, Abril 12). A União Europeia está a apoiar Moçambique?. SIC Notícias. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/especiais/poligrafo-sic-europa/2021-04-12-A-Uniao-Europeia-esta-a-apoiar-Mocambique--ff15db82>
- Autor anónimo (2021, Junho 4). Cabo Delgado: Acnur relata drama de famílias separadas e fugas para a Tanzânia. ONU News. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1752692>
- Autor anónimo (2021). “Aceitação do projeto pelas comunidades depende também da forma de atuação das forças de segurança”. CDD. 16, 1-4. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/06/DEFENDE-CHRIS-GOODWIN-HUDSON-FORMADOR-EM-VPSHR -Aceitacao-do-projecto->

- [-pelas-comunidades-dependeretambem-da-forma-de-actuacao-das-forcas-de-seguranca.pdf](#)
- Autor anónimo (2021, Agosto 9). Tropas ruandesas ajudam Moçambique a retomar Mocímboa da Praia. Zitamar News. Disponível em: <https://zitamar.com/rwandan-troops-help-mozambique-retake-mocimboa-da-praia/>
- Batone, D. (2020). A Violência Baseada no Género contra a população deslocada das zonas propensas a ataques militares em Cabo Delgado. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342591874_A_Violencia_Baseada_no_Genero_contra_a_populacao_deslocada_das_zonas_propensas_a_ataques_militares_em_Cabo_Delgado
- Beula, E. (2020). A face oculta da guerra em Cabo Delgado. *CDD*. 35,1-5. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/A-face-oculta-da-guerra-em-Cabo-Delgado-1.pdf>
- Beula, E. (2020). Aparente silêncio das armas esconde o drama humanitário que se vive em Cabo Delgado. *CDD*.34, 1-3. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Aparente-sil%C3%AANCio-das-armas-esconde-o-drama-humanit%C3%A1rio-que-se-vive-em-Cabo-Delgado-.pdf>
- Beula, E. (2021). Chefe da diplomacia portuguesa lidera delegação europeia que chega hoje a Maputo para discutir Cabo Delgado. *CDD*. 85, 1-2. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/01/Chefe-da-diplomacia-portuguesa-lidera-delegacao-europeia-que-chega-hoje-a-Maputo-para-discutir-Cabo-Delgado.pdf>
- Beula, E. (2021). Deslocados continuam a desembarcar na Cidade de Pemba e Governo volta a pedir apoio à comunidade internacional. *CDD*. 126, 1-3. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/06/Deslocados-continuam-a-desembarcar-na-Cidade-de-Pemba-e-Governo-volta-a-pedir-apoio-a-comunidade-internacional.pdf>
- Beula, E. (2021). Força de intervenção da SADC a caminho de Cabo Delgado para apoiar a luta contra o terrorismo. *CDD*. 132, 1-3. Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/06/Forca-de-intervencao-da-SADC-a-caminho-de-Cabo-Delgado-para-apoiar-a-luta-contra-o-terrorismo.pdf>
- Cabo Ligado. (2021). *Cabo Ligado Monthly: March 2021*. Disponível em: <https://www.cabologado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-march-2021>
- Cabo Ligado. (2021). *Cabo Ligado Monthly: April 2021*. Disponível em: <https://www.cabologado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-april-2021>
- Cabo Ligado. (2021). *Cabo Ligado Weekly: 14-20 June*. Disponível em: <https://www.cabologado.com/reports/cabo-ligado-weekly-14-20-june-2021>
- Cascais, A. (2021, Maio 3). Cabo Delgado: “Enviar tropas da CPLP para cenários de guerra parece fora de equação”. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-enviar-tropas-da-cplp-para-cen%C3%A1rios-de-guerra-parece-fora-de-equa%C3%A7%C3%A3o/a-57416912>

- Centro de Integridade Pública. (2021). *Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito*. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/wp-content/uploads/2021/04/Gesta%CC%83o-dos-deslocados-de-guerra-de-Cabo-Delgado-Governo-falhou-no-apoio-a%CC%80s-vi%CC%81timas-do-conflito.pdf>
- Constantino, L. (2020). Impacto dos ataques armados nas receitas fiscais: Cabo Delgado perdeu cerca de 2 milhões de meticais entre 2018 e 2019. Centro de Integridade Pública [CIP]. 12, 1-7. Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/05/Impacto-dos-ataques-armados-1.pdf>
- Cortês, E. (2016). Porquê o conflito armado em Moçambique? Enquadramento teórico, dominância e dinâmica de recrutamento nos partidos da oposição. *Observatório Político*. 63, 1-13. Disponível em: http://www.observatoripolitico.pt/wp-content/uploads/2016/09/WP_63_EC.pdf
- European Commission. (2021). *Mozambique*. Disponível em: https://ec.europa.eu/echo/where/africa/mozambique_en
- Fernando, A. (2021 Junho 24). Cabo Delgado: “Maior intervenção apenas vai aumentar o ciclo de violência”. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-maior-interven%C3%A7%C3%A3o-apenas-vai-aumentar-o-ciclo-de-viol%C3%Aancia/a-58037921>
- Fews Net. (2021). *Conflito, Seca e Covid-19 causam necessidades alimentares elevadas até Maio 202*. Disponível via Fews Net em: https://fews.net/sites/default/files/documents/reports/MOZAMBIQUE_Food_Security_Outlook_October_2020_Final_PT.pdf
- Gomes, H. (2021, Julho 21). “Ainda não há maturidade institucional” para CPLP intervir em Cabo Delgado, admite ministro da Defesa. Expresso. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2021-07-21-Ainda-nao-ha-maturidade-institucional-para-CPLP-intervir-em-Cabo-Delgado-admite-ministro-da-Defesa-7aebbe31>
- International Crisis Group. (2021). *Stemming the Insurrection in Mozambique’s Cabo Delgado*. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado>
- Issufo, N. (2020, Agosto 5). Insurgência em Cabo Delgado: Quem se responsabiliza pelos atos dos mercenários?. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/insurg%C3%Aancia-em-cabo-delgado-quem-se-responsabiliza-pelos-atos-dos-mercen%C3%A1rios/a-54439059>
- Issufo, N. (2020, Setembro 28). “Irmandade duvidosa” na SADC pode dificultar intervenção em Cabo Delgado?. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/irmandade-duvidosa-na-sadc-pode-dificultar-interven%C3%A7%C3%A3o-em-cabo-delgado/a-55085709>
- Issufo, N. (2021, Março 19). Moçambique: Há receios de militarização excessiva em Cabo Delgado?. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/>

- [mo%C3%A7ambique-h%C3%A1-receios-de-militariza%C3%A7%C3%A3o-excessiva-em-cabo-delgado/a-56933488](https://www.dw.com/pt-002/quais-os-resultados-da-aproxima%C3%A7%C3%A3o-paris-pret%C3%B3ria-para-cabo-delgado/a-57780686)
- Issufo, N. (2021, Junho 4). Quais os resultados da aproximação Paris-Pretória para Cabo Delgado?. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/quais-os-resultados-da-aproxima%C3%A7%C3%A3o-paris-pret%C3%B3ria-para-cabo-delgado/a-57780686>
- Jacobs & Isbell, D & T. (2020). Em Moçambique, fortes diferenças regionais marcam o medo da violência extremista e eleitoral. *Afrobarometer*. 370, 1-13. Disponível em: [http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ad370-violencia extremista e eleitoral em mocambique-despacho afrobarometer-port-22junho20 1.pdf](http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ad370-violencia%20extremista%20e%20eleitoral%20em%20mocambique-despacho%20afrobarometer-port-22junho20%201.pdf)
- Maqezzi & Feijó, J & J. (2019). A maldição dos recursos naturais: mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir. *Observatório do Meio Rural [OMR]*. 75, 1-23. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-75.pdf>
- Maqezzi & Feijó, J & J. (2019). Pobreza, Desigualdades e Conflitos no Norte de Cabo Delgado. *Observador do Meio Rural [OMR]*. 76, 1-35. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/wp-content/uploads/2019/07/OR-76-Conflitualidade-em-Cabo-Delgado.pdf>
- República Portuguesa- Defesa Nacional. (2021). *Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa entre Portugal e Moçambique para o período de 2021-2026*. Disponível em: [https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER DocumentoLookupList/20210510 02 Programa Quadro 2021 2026 MOZ.pdf](https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER%20DocumentoLookupList/20210510_02%20Programa%20Quadro%202021%202026%20MOZ.pdf)
- Rodrigues, A. (2021, Julho 13). Para Nyusi, a presença de soldados ruandeses em Moçambique é um garante de soberania. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/07/13/mundo/noticia/nyusi-presenca-soldados-ruandeses-mocambique-garante-soberania-1970223>
- Rogeyro, N. (2020). *O CABO DO MEDO - O DAESH em Moçambique (2019-2020)*. (2ª ed). Lisboa: Dom Quixote.
- Santos, F. (2020). Guerra no Norte de Moçambique, uma Região Rica em Recursos Naturais- Seis Cenários. *CMi INSIGHT*. 3, 1-18. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/7233-guerra-no-norte-de-mocambique-uma-regiao-rica-em-recursos-naturais-seis-cenarios.pdf>
- Tinga, J. (2020). Terroristas ocupam território e passeiam nas vilas do norte de Cabo Delgado. *CDD*. 11, 1-5. Disponível em: [https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/03/Perante o silencio e o desnorte politico de Filipe Nyusi Terroristas ocupam territorio e passeiam nas vilas do norte de Cabo Delgado.pdf](https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/03/Perante%20o%20silencio%20e%20o%20desnorte%20politico%20de%20Filipe%20Nyusi%20Terroristas%20ocupam%20territorio%20e%20passeiam%20nas%20vilas%20do%20norte%20de%20Cabo%20Delgado.pdf)